

Crise militar no quartel de Abranches

Após a troca do comando militar do país, ficou translúcida a hipótese de que se tramava, no interior do Palácio, uma tentativa de golpe contra os brasileiros



Glauco Silva de Carvalho
7 de abril de 2021

CLAUBER CLEBER CAETANO/AGÊNCIA BRASIL



Os comandantes demitidos por Bolsonaro: Ilques Barbosa (Marinha), Edson Leal Pujol (Exército), e Antônio Carlos Moretti (Força Aérea), em encontro com o ex-presidente do Senado, Davi Alcolumbre

A semana que se encerrou no dia 3 de abril foi das mais turbulentas do governo Bolsonaro. Olha que não é pouca coisa! Falar que foi, talvez, das semanas mais críticas de um governo que vive do ódio, do conflito, do embate, da crítica, da raiva, do desmerecimento, das fake news, da depreciação, da humilhação, é porque foi pouca coisa.

Bolsonaro se superou.

Numa só penada, em dias diferentes, dispensou o ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, e, por tabela, o comandante do Exército, Edson Leal Pujol, o comandante da Marinha, Ilques Barbosa, e comandante da Aeronáutica, Antônio Carlos Bermudez.

Tempos atrás, ainda neste espaço, eu comentei que, um dia, o Brasil, ao menos os democratas, teríamos muito a agradecer, tanto ao general Pujol, quanto ao general Azevedo e Silva. Expliquemos melhor.

Se voltarmos um ano, em retrospectiva ligeira, teremos as manifestações golpistas e o apreço e o apoio do presidente da República, secundado por um séquito de aproveitadores, bajuladores e adulares, sem princípios sólidos, que deram, de alguma forma, suporte a desejos golpistas de nosso presidente. Incautos, civis ou militares, esqueceram-se, à época, da difícil trajetória da democracia brasileira e de como é difícil mantê-la e aperfeiçoá-la.

Até fevereiro de 2020, quando questionado por pessoas e amigos que vivem no exterior acerca das intenções de Bolsonaro, sempre neguei a possibilidade de que estivesse em curso uma tentativa de golpe. Não levo nem em consideração a estupidez de um presidente que fazia aglomerações, não utilizava máscaras, desprezava preceitos médicos e rechaçava vacinas. Circunscrevo-me apenas à questão da continuidade democrática no país. Mas, a partir de fevereiro, ficou bem clara a intenção de Bolsonaro, ao não aceitar as limitações impostas por outros dois poderes, o Legislativo e o Judiciário. Esquecera-se ele, ou talvez nunca tenha sequer lido ou estudado, que a clássica tripartição do poder, idealizada por Montesquieu, servia para impor limites a todos, em especial ao que concentra maior parte do poder.

Dessa fase em diante, ficou translúcida a hipótese de que se tramava, no interior do Palácio, uma tentativa de golpe.

Quem não o permitiu foram os generais Azevedo e Silva e Pujol. Um, por ser o Ministro da Defesa; o outro, por ser o comandante da maior orça armada, a terrestre. Hoje, após todos esses desdobramentos, não tenho dúvidas que o almirante Barbosa e o brigadeiro Bermudez corroboraram com a continuidade democrática.

Pois bem, nessa semana passada, veio o “troco” de um presidente frágil, rancoroso e vingativo. Não me recordo, nos governos FHC, Lula e Dilma de ter havido tamanha intervenção no interior das Forças Armadas. Respeitou-se, nesses 20 anos de governos de “esquerda”, a tradição de trocas de comando em cada uma das forças. Justamente de um presidente, oriundo de uma delas, mas que fora defenestrado por motivos não muito honrados, veio a quebra da tradição da antiguidade.

Gostaria de explicar, para o leitor não afeito às coisas de “caserna”, o que é a tal da *antiguidade*. A antiguidade é a sequência de poder dentro das instituições militares. Existe um adágio que todo integrante novato de qualquer força militar — seja da Polícia Militar, seja de qualquer das Forças Armadas — aprende: “antiguidade também é posto”. Ou seja, um tenente que é “mais antigo” do que outro tenente — ou seja, ambos dentro do mesmo posto (tenente) — tem precedência sobre este “mais moderno”. Quer dizer, o tenente mais moderno foi promovido mais tarde ao posto de tenente ou ingressou na instituição em momento posterior àquele. Na hierarquia militar, não há duas pessoas, dois profissionais na mesma posição. Isto tem sido levado em conta, inclusive, em condenações judiciais, quando o profissional mais antigo deveria ter impedido o “mais recruta”, ou mais moderno, de cometer uma infração ou ilegalidade. A antiguidade é a ordem de hierarquia e mando dentro de um mesmo posto ou graduação.

Gostaria, para finalizar, de desmontar um argumento que vem sendo empregado nas hostes bolsonaristas. Tem-se afirmado que os três comandantes foram trocados para que o novo Ministro da Defesa, general Braga, seja mais antigo que eles. Falta um pouco de argúcia e astúcia na defesa de suas posições. Até porque, na maior parte das vezes, elas não existem.

Por duas razões. Se assim o fosse, deveríamos desmobilizar boa parte dos generais, almirantes e brigadeiros que aí estão. Eles são, em boa medida, “mais antigos” do que Bolsonaro. Ou seja, saíram da Academia das Agulhas Negras antes do que o presidente. Daí, advém uma segunda justificativa. O cargo do presidente é político: logo, não há que se falar em antiguidade. Esta argumentação desmonta a necessidade de exoneração dos comandantes das três Forças. Pela Constituição, os cargos de ministro também são políticos. As justificativas não param de pé.

Ao fim e ao cabo, fica aqui o reconhecimento da Nação a quatro oficiais das Forças Armadas que honraram seus cargos, suas histórias, seus papéis e suas trajetórias profissionais. Mantiveram a honradez e não a trocaram por cargos ou apanágios. Souberam diferenciar a efemeridade e a transitoriedade do tempo e não se deixaram levar pela vaidade ou pelas vantagens cargos. A eles, nossa gratidão por terem mantido o Brasil no rumo certo.

Glaucio Silva de Carvalho

Bacharel em Direito (USP), mestre e doutor em Ciência Política (USP). Coronel da reserva da PMESP, foi diretor de Polícia Comunitária e Direitos Humanos e Comandante do Policiamento na Cidade de São Paulo

